

Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - Fundação OSESP

CNPJ nº 07.495.643/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
Ativo	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	10.316	15.187	Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	980	909
Recursos financeiros de projetos - restritos (Nota 6)	476	5.537	Contratos de prestação de serviço	153	6.824
Contas a receber (Nota 7)	9.608	10.408	Obrigações sociais e tributos (Nota 12)	84	2.033
Adiantamentos a fornecedores e empregados (Nota 8)	3.074	4.569	Provisão de férias e encargos sociais	3.814	2.969
Despesas antecipadas	2	26	Adiantamentos de clientes e assinaturas (Nota 13)	6.747	6.214
	23.476	35.727	Recursos de lei de incentivos fiscais (Nota 14)	8.700	10.050
			Outras contas a pagar	107	147
				20.585	29.145
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 15)	19.710	16.295
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	67.493	62.713	Total do passivo	40.295	45.440
			Patrimônio líquido (Nota 16)		
Imobilizado (Nota 10)	2.507	3.081	Patrimônio social	7.423	7.423
Intangível	59	100	Fundo de capital	48.804	48.758
	70.059	65.894	Déficit acumulado	(2.987)	-
			Total do patrimônio líquido	53.240	56.181
Total do ativo	93.535	101.621	Total do passivo e patrimônio líquido	93.535	101.621

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Fundo de capital	Fundo de reserva operacional	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2014	7.423	32.640	2.524	6.477	49.064
Superávit do exercício	-	-	-	6.867	6.867
Realização de reserva operacional (Nota 16 (c))	-	-	(2.705)	2.705	-
Doações recebidas	-	250	-	-	250
Destinação do superávit acumulado					
Incorporação ao fundo de capital (Nota 16(b))	-	10.317	-	(10.317)	-
Incorporação ao fundo de capital - Aumento conforme contrato de gestão - 3% (Nota 16(b))	-	880	-	(880)	-
Incorporação ao fundo de capital - Rendimentos sobre saldo do fundo (Nota 16(b))	-	4.671	-	(4.671)	-
Incorporação ao fundo de reserva operacional (Nota 16(c))	-	-	181	(181)	-
Em 31 de dezembro de 2015	7.423	48.758	-	-	56.181
Déficit do Exercício	-	-	-	(2.941)	(2.941)
Ajuste de exercícios anteriores ao fundo de capital	-	46	-	(46)	-
Em 31 de dezembro de 2016	7.423	48.804	-	(2.987)	53.240

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, também denominada Fundação OSESP, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, operacional e financeira, instituída por escritura pública, datada de 22 de junho de 2005, e tem por objetivos apoiar, incentivar, assistir, desenvolver e promover a cultura, a educação e a assistência social, cujo funcionamento será regido pelo estatuto social e pela legislação aplicável. Para cumprimento de seus objetivos, a Fundação OSESP poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: **(a)** Manter a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, assim como contribuir para a manutenção e melhoria do seu padrão de qualidade. **(b)** Criar e manter Academia de Música, fomentando a educação e a cultura, especialmente no que tange à música. **(c)** Realizar eventos e/ou ações educacionais, para adultos, jovens ou crianças. **(d)** Promover a educação, a capacitação e o treinamento de profissionais da área musical. **(e)** Desenvolver programas de incentivo à formação de plateias para crianças e adultos. **(f)** Desenvolver programas de acesso de alunos e docentes das escolas aos ensaios e concertos didáticos da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. **(g)** Desenvolver e aperfeiçoar o Centro de Documentação Musical. **(h)** Defender e conservar o patrimônio histórico e artístico e estimular e promover a produção e a difusão de manifestações de bens culturais e artísticos de valor regional e/ou universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória, bem como que estimulem a liberdade de expressão. **(i)** Fomentar a criação de espaços de expressão e criação artística e intelectual que contribuam para a promoção da cidadania, do acesso à música e às artes em geral. **(j)** Difundir o repertório sinfônico e de câmara brasileiro. **(k)** Desenvolver ações assistenciais que visem à integração ao mercado de trabalho e a inclusão social por meio de difusão e do ensino da música clássica e erudita. **(l)** Incentivar a participação de regentes e solistas brasileiros com reconhecido mérito artístico. **(m)** Oferecer bolsas e criar prêmios e/ou concursos e outras ações de estímulo relacionadas com seus campos de atuação. **(n)** Difundir a música clássica, disponibilizando e/ou explorando apresentações para exibição por rádio e televisão, edição de obras de compositores brasileiros, gravação de CDs, DVDs e outras mídias, formação de plateias, aperfeiçoamento de instrumentistas, incentivo à colaboração voluntária e atividades afins. **(o)** Estabelecer polo de gravação de música. **(p)** Constituir Fundo de Capital *endowment* e outros, caso necessário, para a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a ser composto de doações, contribuições, recursos governamentais, eventuais excedentes financeiros e outros. **(q)** Difundir e explorar marcas que possuam ou detenham os direitos de exploração, quando para tanto autorizada. **(r)** Apoiar ações e projetos da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, bem como desenvolver campanhas, realizar estudos e pesquisas, divulgar e distribuir informações, dados, trabalhos, documentos, entre outras atividades relacionadas com seus objetivos. **(s)** Apoiar a administração e o gerenciamento de espaços, inclusive negociar e receber por sua utilização por terceiros, quando para tanto autorizada, bem como prestar serviços relacionados aos seus objetivos, podendo também contratar a prestação de serviços de terceiros. **(t)** Colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas ou da sociedade civil que afetem ou sejam afins às suas áreas de atuação, podendo, inclusive, participar e/ou aceitar assentos em Comitês, Câmaras, Fóruns, Redes e outros, assim como participar de outras pessoas jurídicas. **(u)** Realizar quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos necessários ou relacionados ao cumprimento de seu objetivo social.

2. Contrato de gestão: Em 2015, a Fundação Oseps participou de convocação pública realizada para a contratação dos serviços relacionados ao apoio, administração e manutenção da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo; do Complexo Cultural Júlio Prestes/Sala São Paulo; e do Festival de Inverno de Campos do Jordão no período de 01/11/15 a 31/12/19. Ao final do procedimento de convocação pública a Fundação Oseps foi declarada vencedora, tendo assinado o contrato de gestão 01/2015 em 29 de outubro de 2015, com vigência de 50 meses e valor total de repasses no período de R\$ 256.587. Foram pactuados os seguintes valores iniciais: 2015 aporte para novembro e dezembro de R\$ 5.000 (janeiro a outubro na vigência do CG 41/2010 R\$ 46.817 - total ano de 2015 R\$ 51.817 - depois reduzido para R\$ 31.260 - total ano R\$ 36.264); 2016 aporte anual de R\$ 49.000; 2017 aporte anual de R\$ 64.020; 2018 aporte anual de R\$ 67.465; e 2019 aporte anual de R\$ 71.102. Não obstante os valores contratados, diante do cenário econômico que provocou importante restrição orçamentária do Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Cultura informou alguns cortes relevantes nos repasses originalmente previstos. No quadro abaixo apresentamos: a) o 1º aditivo assinado na vigência do Contrato de Gestão 01/2015; b) o ofício UDBL 108/2016; e c) o ofício UDBL 158/2016 recebidos da SEC; bem como resumimos o escopo de cada um deles.

CG 01/2015	Data	Observações
1º aditamento	29/06/2016	Alteração Plano do Trabalho e Metas de 2016 para o Festival de Campos do Jordão Redução no aporte do ano de 2016 de R\$ 641 Valor contratado após a redução: R\$ 48.359
ofício UDBL 108/2016	09/09/2016	Redução adicional no aporte do ano de 2016 de R\$ 9.157 Valor ajustado recebido após a redução: R\$ 39.202
ofício UDBL 158/2016	24/11/2016	Redução no aporte do ano de 2017 de R\$ 25.020 Valor após a redução: R\$ 39.000.000,00

No início de 2016, seguindo as normas contábeis relativas ao reconhecimento de subvenções governamentais, a Fundação Oseps contabilizou nas respectivas contas patrimoniais circulantes, ativas e passivas, o valor de R\$ 49.000, originalmente contratados para o exercício. Em virtude das reduções propostas pela Secretaria de Estado da Cultura ("SEC") - (descritas no quadro acima), e diante da impossibilidade de reversão da decisão governamental, tomando-se ela definitiva, a Fundação Oseps reconheceu o caráter incobrável do valor em questão (R\$ 9.157), resultando em uma reversão entre contas a receber no ativo circulante e receitas diferidas no passivo circulante, sem afetar o resultado do exercício. Consequentemente, reduziu tal montante dos saldos dos lançamentos supracitados (ver notas 4g e 4l), sem contudo ter a oportunidade fática de promover uma redução de igual valor nas metas pactuadas, dado que já havia formalmente assumido compromissos com artistas e fornecedores. Assim, mesmo depois de ajustes realizados na operação e na estrutura da Fundação, a execução do objeto contratual e das atividades no exercício de 2016 ainda gerou um *déficit* de R\$ 2.941 (2015 - *superávit* R\$ 6.867), uma vez que, ressalte-se mais uma vez, as metas pactuadas foram mantidas, assim como as despesas a elas associadas. A Fundação OSESP utiliza parte do imóvel situado na Praça Júlio Prestes, 16, denominado Complexo Cultural Júlio Prestes/Sala São Paulo, cedido pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) à Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, por prazo indeterminado, e permitido o uso à Fundação OSESP pelo período de 1º de novembro de 2015 até 31 de dezembro de 2019. Em contrapartida, a Fundação OSESP é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva da parte que ocupa do referido imóvel. De janeiro a dezembro de 2016, a Fundação OSESP realizou gastos com custeio e investimento, no desenvolvimento dessas atividades no montante de R\$ 9.077 (2015 - R\$ 9.875), sendo R\$ 3.480 em pessoal e R\$ 5.597 em manutenção, operação, equipamentos, instalações e benfeitorias. Por força do Contrato de Gestão 01/2015, a Fundação está obrigada a cumprir metas determinadas, que são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. A Fundação Oseps deve executar 100% de cada uma das metas estabelecidas para que as mesmas sejam consideradas cumpridas. O não atingimento das metas pactuadas deve ser justificado. A eventual não aceitação da justificativa pela Unidade Gestora que fiscaliza o Contrato de Gestão pode acarretar punições de até 10% do valor da próxima parcela prevista, nos termos do item 3 do primeiro parágrafo da cláusula oitava do Contrato de Gestão 01/2015 e de seus anexos. A administração da Fundação avalia que as metas referentes a 2016 foram cumpridas. A formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura ocorrerá ao longo de 2017.

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: **(a) Apresentação das demonstrações financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Fundação em 20 de fevereiro de 2017. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **(b) Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", revisada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2 de setembro de 2015. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras. **4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas:** **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (em milhares), que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Reconhecimento de receitas e despesas:** Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são considerados subvenção governamental e são destinados sobretudo para cobertura das despesas de pessoal e manutenção, entre outras relacionadas a atividade. A receita decorrente do Contrato de Gestão 01/2015, assim como a receita de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com as Leis de Incentivo Fiscal Federal e Estadual Paulista, recebidas na forma de ativo monetário, acrescidas dos rendimentos da aplicação financeira dos valores recebidos, são reconhecidas no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. As despesas e as demais receitas são reconhecidas por regime de competência. A Fundação Oseps não remunera seus conselheiros e, em cumprimento à ITG 2002 (R1) de agosto de 2015, para efeito de demonstração, a Fundação reconheceu como receita de voluntários, em 2016, o valor de R\$ 987 (2015 - R\$ 894) atribuído aos serviços desempenhados pelos membros dos Conselhos Fiscal e de Administração, calculado com base nos parâmetros estabelecidos pela 5ª edição da pesquisa "Remuneração dos Administradores" realizada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, corrigido pelo índice IPC-A (IBGE) do ano de 2016 (7,308%). **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o que se aproxima ao valor justo, tendo como contrapartida

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	2016	2015
Receitas das atividades		
Recursos de órgão do governo		
- Contrato de gestão (Nota 2)	39.595	36.264
Projetos incentivados (Nota 14)	16.247	12.746
Doações e patrocínios	10.804	5.842
Venda de ingressos e assinaturas	8.188	8.948
Locação para eventos	5.744	6.356
Financeiras	10.989	12.524
Recuperação de créditos, desp. ou custos	2.723	20.541
Outras receitas	9.117	2.924
	103.407	106.145

Despesas das atividades		
Com pessoal (Nota 18)	(56.312)	(53.122)
Custos de apresentações (Nota 19)	(19.993)	(19.547)
Gerais e administrativas (Nota 20)	(9.064)	(12.495)
Divulgação e comercialização (Nota 21)	(11.996)	(7.332)
Depreciação e amortização	(782)	(852)
Impostos, taxas e contribuições	(2.639)	(2.360)
Financeiras	(5.562)	(3.570)
	(106.348)	(99.278)
Superávit (Déficit) em 31 de dezembro	(2.941)	6.867

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	(2.941)	6.867
Ajustes		
Receitas diferidas convertidas em resultado	(10.050)	(12.046)
Depreciação e amortização	782	852
Provisão para contingências - Adições	6.317	4.174
Provisão para contingências - Reversão (Nota 15)	(2.716)	(19.716)
Variações monetárias sobre provisão para contingências	1.580	1.249
	(7.028)	(18.620)

(Aumento) redução nos ativos

Recursos financeiros de projetos - Restritos	13.761	5.006
Contas a receber	817	5.421
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.495	(2.747)
Aplicações financeiras vinculadas	(4.781)	(5.633)
Outros ativos	24	3

Aumento (redução) nos passivos

Fornecedores e prestadores de serviços	71	343
Obrigações sociais e tributos	(1.949)	(78)
Provisão de férias, 13º Salário e encargos sociais	845	(785)
Adiantamento de clientes e assinaturas	533	(649)
Depósitos judiciais do período	(1.678)	(1.925)
Outras contas a pagar	(6.814)	5.495
	(4.704)	(2.746)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aquisições de bens do ativo imobilizado	(167)	(471)
Aquisição de bens do ativo intangível	-	(53)
	(167)	(524)

Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa

(4.871) (3.270)

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

15.187 18.457

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

10.316 15.187

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras.

o resultado do exercício. **(d) Caixa e equivalentes de caixa restritos:** Compreendem depósitos bancários restritos, de projetos incentivados, demonstrados ao custo e atualizados monetariamente pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não sendo superior ao seu valor de mercado.

(e) Instrumentos financeiros: A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(f) Mensurados ao valor justo através do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha afetada pela referida operação. **(i) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixados ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Fundação compreendem as contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Em 2016 e 2015, a Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras). **(g) Contas a receber:** As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor original e deduzidas da provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 administração da Fundação não constituiu provisão para créditos de realização duvidosa por não existirem créditos considerados como não recuperáveis. O prazo médio de recebimento é inferior a 90 dias e não foram identificados saldos e transações relevantes para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável. Em decorrência da comunicação contida no ofício UDBL 108/2016, descrito na nota 2, a Fundação Oseps reverteu o saldo a receber de R\$ 9.157, em contrapartida do passivo circulante na rubrica de receitas diferidas, não afetando o resultado do exercício, uma vez que a SEC comunicou, em caráter definitivo, a impossibilidade do repasse deste valor. **(h) Demais ativos circulante e não circulante:** Os saldos das aplicações financeiras vinculadas às reservas para cobertura de provisões e ao fundo de capital estão classificados no ativo não circulante. Os demais ativos estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. **(i) Imobilizado:** A partir de 2016, as taxas de depreciação, aplicadas para cada bem adquirido, passaram a ser calculadas para que cada bem seja totalmente depreciado até o término da vigência do Contrato de Gestão 01/2015. O ativo imobilizado é composto basicamente por programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pela taxa de 20% a.a. **(k) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis de vida útil definida, são revistos sempre que há indícios de perda de valor de mercado ou ativo em uso. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido

de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **(l) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos. A provisão para contingências é reconhecida quando a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é possível que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Conforme citado na nota 2 e nota 4(g), o passivo circulante na rubrica de receita diferida, sofreu uma reversão, em contrapartida ao contas a receber no valor de R\$ 9.157, sem afetar o resultado do exercício, uma vez que a receita estimada no contrato de gestão não ter sido reconhecida no resultado do exercício de 2016. **(m) Patrimônio líquido:** Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros, antes de 1º de janeiro de 2008, acrescido de parte dos *superávits* apurados em cada exercício, de acordo com as destinações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	2016	2015
Caixa	4	11
Bancos conta-movimento		
Recursos de lei de incentivo fiscal	7.950	10
Recursos próprios	153	159
Contrato de gestão	29	8
Aplicações financeiras	2.180	14.999
Outras disponibilidades	-	-
	10.316	15.187

As aplicações financeiras estão assim demonstradas:

Origem/instituição	Aplicação	2016	2015
Recursos próprios			
Banco do Brasil	Fundo de renda fixa	1.911	5.055
Itaú	Fundo de renda fixa	-	3.766
		1.911	8.821
Contrato de gestão			
Banco do Brasil	Fundo de renda fixa	-	1.196
Banco do Brasil	CDB	-	479
		-	1.675

Recursos de lei de incentivo fiscal

Banco do Brasil	Fundo de renda fixa	269	4.503
		2.180	14.999

6. Recursos financeiros de projetos - Restritos: Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 476 (2015 - R\$ 5.537), registrado em conta corrente de recursos da lei de incentivo fiscal estava bloqueado pelo Ministério da Cultura, devendo ser desbloqueado integralmente em 2017.

7. Contas a receber:

	2016	2015
Permutas	559	552
Bilheteria e assinatura de séries	5.773	4.380
Locações para eventos	153	824
Outras contas a receber (**)	3.123	4.652
	9.608	10.408

(**) R\$ 3.000 a receber referente ao contrato de patrocínio nº 1379/2015, firmado com BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, para a realização do projeto "Turnê Osesp 2016".

8. Adiantamentos:

	2016	2015
Adiantamento a empregados	1.703	925
Adiantamento a fornecedores (*)	562	3.248
Outros créditos	809	396
	3.074	4.569

(*) Em 2015 a Fundação efetuou o pagamento antecipado no montante de R\$ 3.038, referente ao pagamento de cambio antecipado, para pagamento dos artistas em 2016. No ano de 2016 não houveram pagamentos de cambio antecipado.

9. Aplicações financeiras vinculadas:

Origem/instituição financeira	Aplicação	2016	2015
Recursos próprios			
Itaú	Fundo de renda fixa	65.591	61.146
		65.591	61.146
Contrato de gestão			
Banco do Brasil	CDB	1.902	1.566
		67.493	62.712

As aplicações financeiras classificadas no realizável a longo prazo são vinculadas às reservas para cobertura de provisões para contingências especificadas na Nota 15 e ao fundo de capital especificado na Notas 16(b), e podem ser resgatadas a qualquer momento, mediante deliberação prévia do Conselho de Administração. A Fundação OSESP mantém controle da aplicação dos recursos de forma segregada, de acordo com a origem e a destinação dos recursos recebidos. Em 2016 houve necessidade de resgate de aplicações financeiras reservadas para cobertura de provisões para contingências especificadas na Nota 15 para fazer frente à despesas do exercício, por conta da redução do repasse pactuado com a SEC conforme informado na nota 2.

10. Imobilizado:

	2016		2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação-%
Recursos operacionais					
Móveis e utensílios	2.102	(1.342)	760	961	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.682	(794)	888	1.001	10
Instrumentos musicais	2.531	(1.938)	593	805	10
Equipamentos de informática	1.144	(888)	256	275	20
	7.459	(4.962)	2.497	3.042	
Contrato de gestão					
Móveis e utensílios	287	(279)	8	30	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	76	(74)	2	9	10
Instrumentos musicais	5	(5)	-	-	10
Equipamentos de informática	1	(1)	-	-	20
	369	(359)	10	39	
Total do imobilizado	7.828	(5.321)	2.507	3.081	

* A partir de 2016, as taxas de depreciação, aplicadas para cada bem adquirido, passaram a ser calculadas para que cada bem seja totalmente depreciado até o término da vigência do Contrato de Gestão 01/2015. A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
Em 1º de janeiro	3.081	3.403
Aquisições	167	471
Depreciação/amortização	(740)	(779)
Baixas	(1)	(14)
Em 31 de dezembro e 31 de dezembro	2.507	3.081

11. Fornecedores e prestadores de serviços:

	2016	2015
Fornecedores de serviços	650	674
Permutas	219	214
Fornecedores de materiais	111	21
	980	909

12. Obrigações sociais e tributos:

	2016	2015
IRRF sobre folha de pagamento e terceiros	14	845
INSS a recolher sobre serviços de terceiros	-	156
INSS a recolher sobre salários	-	540
FGTS a recolher	1	344
Outros	68	148
	83	2.033

13. Adiantamentos de clientes e assinaturas:

	2016	2015
Assinatura de séries de concertos	5.629	5.675
Locação para eventos	1.118	539
	6.747	6.214

As assinaturas referem-se a ingressos vendidos antecipadamente para as séries de Concertos de Temporada do ano seguinte. Tanto a receita das assinaturas de séries quanto a receita de locação para eventos são apropriadas de acordo com a realização dos concertos e eventos. **14. Recursos de lei de incentivos fiscais:** Correspondem a valores recebidos a título de patrocínio ou doações para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria de Estado da Cultura, acrescidos de rendimentos financeiros, conforme determinação respectivamente da Lei Federal nº 8.313/01, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura, e da Lei Estadual nº 12.268, que criou o Programa de Ação Cultural. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas na rubrica "Projetos incentivados". Os custos incorridos estão contabilizados, no mesmo montante, nas respectivas rubricas do grupo de "Despesas". **15. Provisão para contingências e aspectos tributários:** As provisões para contingências foram constituídas com base na análise das informações fornecidas pelos assessores jurídicos, em montante considerado suficiente pela administração da Fundação OSESP para cobrir perdas com as demandas em curso e potenciais, podendo ser assim demonstradas:

	2016	2015
COFINS (a)	19.208	15.766
INCRRA (b)	501	462
	19.709	16.228
Processos Trabalhistas em andamento (d)	1.378	1.233
Salário educação, SESC e SEBRAE (c)	15.891	13.017
II, PIS e Cofins s/ desembaraço aduaneiro	210	195
Depósitos judiciais - Processos trabalhistas	(1.378)	(1.167)
Depósitos judiciais - Salário educação	(9.240)	(7.569)
Depósitos judiciais - SESC	(5.542)	(4.539)
Depósitos judiciais - SEBRAE	(1.108)	(908)
Depósitos judiciais - II, PIS e COFINS sem desembaraço aduaneiro	(210)	(195)
	19.710	16.295
	2016	2015
Saldo inicial	16.295	33.263
Adições do período	6.317	4.174
Atualizações monetárias e juros	1.492	991
Depósitos judiciais	(1.678)	(1.925)
Baixas do período (*)	(2.716)	(20.208)
Saldo Final em 31 de dezembro	19.710	16.295

(*) vide itens (a), (b) e (c). **(a) COFINS:** Refere-se à COFINS calculada sobre as receitas auferidas pela Fundação OSESP, excetuando-se aquelas provenientes de captação de recursos via Lei de Incentivo Fiscal. Em agosto de 2006 foi formulada consulta sobre o tema à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2010, a Fundação recebeu resposta esclarecendo o entendimento da Receita Federal do Brasil. Até o recebimento da resposta a Fundação, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, vinha provisionando apenas o correspondente a COFINS que eventualmente poderia incidir sobre as receitas decorrentes de vendas de ingressos e assinaturas, locação de espaço para eventos, entre outras. A partir do momento do recebimento da resposta da consulta apresentada, a Fundação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência da COFINS sobre todas as receitas da Fundação exceto sobre as captações de recursos via Lei de Incentivo Fiscal. De janeiro a dezembro de 2016, foi registrado o montante de R\$ 3.442 (2015 - R\$ 3.025) como provisão da COFINS. A Fundação OSESP discorda do entendimento da Receita Federal do Brasil quanto à incidência da COFINS sobre as suas receitas, por esse motivo a Fundação ingressou com mandado de segurança que visa ao reconhecimento, por parte do poder judiciário, da isenção da Fundação em relação a COFINS na totalidade das suas receitas. Em primeira instância foi concedida a segurança, tendo sido reconhecida a isenção da Fundação quanto a COFINS na totalidade de suas receitas. Em novembro de 2010 a Fazenda Nacional apresentou recurso visando à reforma da sentença de primeira instância. Em 2015 a sentença de primeira instância foi reformada, tendo sido provido o recurso da Fazenda Nacional. A Fundação Osesp apresentou embargos de declaração visando esclarecer omissões do acórdão, os quais foram rejeitados. Na sequência, a Fundação Osesp interpôs recursos especial e extraordinário. Atualmente aguarda-se manifestação da Fazenda Nacional a respeito dos recursos especial e extraordinário interpostos pela Fundação Osesp. Em 2015 foi constatada pelos assessores jurídicos da Fundação Osesp a decadência do direito de cobrança dos montantes provisionados à título de COFINS relativos aos anos de 2005 a 2009 no valor de R\$ 12.110 e consequentemente reavaliada a necessidade da provisão. Por esse motivo foi realizada a reversão desses valores na rubrica "Recuperação de créditos, desp. ou custos". Em 2016 foi constatada a mesma decadência do direito de cobrança dos montantes provisionados à título de COFINS relativos ao ano de 2010. Por esse motivo foi realizada a reversão do valor de R\$ 2.639 na rubrica "Recuperação de créditos, desp. ou custos". Em 2016 foi constituída provisão para a multa de mora eventualmente incidente sobre os valores não recolhidos à título de COFINS referente aos anos de 2011 a 2015 no valor de R\$ 2.015, além dos valores referentes ao ano de 2016 que montam R\$ 411. **(b) INCRRA:** Refere-se à contribuição destinada ao INCRRA, correspondente ao valor de 0,2% sobre a folha de salários. A Fundação OSESP impetrou mandado de segurança, que foi julgado procedente, convalidando a medida liminar que suspendeu a exigibilidade das contribuições destinadas ao INCRRA. Os impetrados interpuuseram recurso de apelação, tendo o Tribunal reformado a sentença de primeira instância. A Fundação OSESP interpôs recurso especial e extraordinário. Em 2016, o recurso especial não foi admitido, tendo a Fundação Osesp apresentado recurso de agravo de despacho denegatório de recurso especial para contestar essa decisão, tendo este sido julgado improcedente. O Recurso Extraordinário está sobrestado aguardando julgamento de paradigma no STF. **(c) Salário educação, SESC e SEBRAE:** Refere-se a encargos incidentes sobre a folha de salários. Em 2006, a Fundação OSESP impetrou dois mandados de segurança, para declarar a inexigibilidade dos referidos encargos. O mandado de segurança referente ao salário-educação foi julgado procedente em primeira instância. O mandado de segurança referente ao SESC e SEBRAE foi julgado improcedente em primeira instância. Ambos obtiveram decisões desfavoráveis à Fundação Osesp na segunda instância. A Fundação OSESP interpôs recursos especial e extraordinário visando reverter a decisão de segunda instância em ambos os casos, os quais aguardam julgamento. Do início das atividades da Fundação OSESP até abril de 2009, os recolhimentos dos encargos salário-educação, SESC e SEBRAE foram efetuados. A partir de maio de 2009 a Fundação OSESP passou a efetuar os depósitos judiciais referentes a esses encargos, sendo que os depósitos judiciais e sua atualização monetária totalizaram R\$ 15.891 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 12.374 em 31 de dezembro de 2015). **(d) Reclamações trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação OSESP figurava como reclamada em 13 reclamações trabalhistas. Dentre as reclamações trabalhistas ajuizadas, para aquelas com pedidos classificados pela administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de perda provável foi provisionado o montante de R\$ 1.378 (2015 - R\$ 1.167). **(e) Outras informações: (i) CSLL:** Quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não foi efetuado qualquer provisionamento, pois a Fundação e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os *superávits* da Fundação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do *superávit* ao lucro. **(ii) Imunidade tributária a impostos:** A Fundação OSESP, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve, dentre suas atividades, a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. Por fim, a direção da Fundação, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a Fundação atende também aos requisitos previstos nos parágrafos 2º e 3º do artigo 12 da Lei no 9.532, de 1997, combinado com o artigo 34 da Lei no 10.637, de 2002. **(iii) ISSQN:** Refere-se ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), calculado sobre as receitas auferidas pela Fundação OSESP em 2006, 2007 e 2008. Em 2011, 2012 e 2013 a Fundação OSESP foi autuada pela Prefeitura do Município de São Paulo, quanto aos exercícios de 2006, 2007 e 2008. Até a data de fechamento das presentes demonstrações contábeis não ocorreram autuações referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011, portanto os eventuais valores devidos a título de ISSQN para esses anos não podem mais ser cobrados (decadência). A Fundação OSESP discorda do entendimento da Prefeitura do Município de São Paulo quanto à incidência do ISSQN sobre suas receitas. Por esse motivo, a Fundação contesta judicialmente as autuações. Os assessores jurídicos da Fundação OSESP classificam as chances de êxito na contestação da incidência do ISSQN como possíveis. Em 2015 foi editada norma municipal (Decreto 56.302) isentando de ISSQN os repasses recebidos por organizações sociais decorrentes da celebração de contratos de gestão, inclusive anistiando e remindo eventuais autuações passadas

que tivessem como fato gerador repasses via contratos de gestão. Por esse motivo, a administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os valores discutidos relativos aos repasses efetuados pela Secretaria de Estado da Cultura em 2006, 2007 e 2008 não são mais passíveis de cobrança por parte do Fisco Municipal. Os valores das autuações, com juros e multas, atualizado em 31 de dezembro de 2016, considerando as disposições do Decreto Municipal 56.302/2015, perfazem o total de R\$ 3.609 (2015 - R\$ 3.200). **(iv) Cota Patronal - RAT:** Refere-se a mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da cota patronal e da contribuição do RAT, previstas nos incisos I e II da Lei nº 8.222/91, sobre verbas indenizatórias pagas pela Fundação OSESP a seus funcionários, a seguir enumeradas: Auxílio Acidente, Auxílio Doença nos primeiros 15 dias, Salário Maternidade, Horas Extras (adicional indenizatório), Aviso Prévio Indenizado, 13º salário sobre o aviso prévio indenizado, e adicional de 1/3 de férias e abono pecuniário. O valor atualizado envolvido na presente demanda é de R\$ 1.738 (2015 - R\$ 1.696). Em primeira instância, a sentença foi parcialmente procedente para a Fundação Osesp. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos de apelação interpostos pela Fundação Osesp e Fazenda Nacional **16. Patrimônio líquido: (a) Patrimônio social:** O patrimônio social da Fundação OSESP foi inicialmente constituído pela dotação de R\$ 41, conforme escritura pública, datada de 22 de junho de 2005. Este valor está contabilizado na conta "Patrimônio social" que acumula, além da dotação inicial, valores representativos de doações recebidas em dinheiro e bens materiais, até 2008, e parcelas de *superávits* de exercícios anteriores, conforme deliberação do Conselho de Administração, em cada oportunidade. **(b) Fundo de capital:** O fundo de capital atende ao disposto no Estatuto da Fundação (artigo 4º item "p"): "Constituir Fundo de Capital *endowment* e outros, caso necessário, para a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a ser composto por doações, contribuições, recursos governamentais, eventuais excedentes financeiros e outros;" (Nota 1º "p"). Em 2016 não houve destinação de recursos ao Fundo de Capital. O Conselho de Administração da Fundação Osesp, na 20ª Reunião Extraordinária de 28 de junho de 2016, aprovou a 1ª Alteração do Regimento do Fundo de Capital, autorizando que caso ocorra *déficit* no exercício, não haverá destinação mínima obrigatória de recursos para aumento do Fundo de Capital - *Endowment* (2015 - R\$ 16.118). Foi realizado apenas um ajuste no valor de R\$ 46 relativo à exercícios anteriores. **(c) Fundo de reserva operacional:** O fundo de reserva operacional foi constituído para fazer face a eventuais *déficits* e despesas não recorrentes. Em 27 de julho de 2015, na 36ª reunião ordinária do Conselho de Administração, o fundo de reserva operacional foi liberado tendo sido incorporado ao resultado e posteriormente ao fundo de capital, por decisão do Conselho de Administração. **(d) Hipótese de extinção:** A Fundação OSESP poderá ser extinta por deliberação do Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para este propósito e mediante o voto favorável de, pelo menos, dois terços de seus membros, nos termos do estatuto social. Nesse caso, o patrimônio, os legados ou as doações, que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, à escolha do Conselho de Administração, deverão ser transferidos à entidade qualificada como Organização Social no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

17. Instrumentos financeiros:

	2016	2015
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito	10.792	20.724
Contas a receber	9.608	10.408
Outros créditos	3.076	4.595
Aplicação financeira vinculada	67.493	62.713
	90.969	98.440

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores	981	909
Impostos e contribuições a recolher	82	2.033
Provisões de férias e encargos sociais	3.814	2.969
Créditos de projetos a incorrer e outros passivos	7007	13.185
Recursos de lei de incentivos fiscais	8.700	10.050
	20.585	29.146

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Fundação opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **(b) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se a sua natureza e seus prazos de vencimento. As aplicações financeiras vêm sendo mantidas em fundos de renda fixa e CDBs, os quais refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. **(c) Risco de crédito:** Vide nota explicativa nº 7. **(d) Derivativos:** Durante os anos de 2016 e de 2015, a Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos. **18. Despesas com pessoal:**

	2016	2015
Remunerações	36.227	33.662
Encargos sociais	12.624	11.693
Direitos de imagem/direitos autorais conexos e ajuda de custo	1.947	1.759
Benefícios	4.777	5.307
Estagiários e aprendizes	673	628
Demais despesas	64	73
	56.312	53.122

19. Custos de apresentações:

	2016	2015
Artistas convidados (*)	10.609	9.875
Produção	1.919	2.789
Viagens	6.510	5.859
Partituras	844	915
Outras	111	109
	19.993	19.547

(*) Regentes, solistas e músicos - extras convidados para apresentações específicas da orquestra e do coro.

20. Despesas gerais e administrativas:

	2016	2015
Serviços profissionais (assessoria jurídica, consultoria e outros)	1.283	1.560
Manutenção	5.082	7.296
Comunicação	117	129
Informática	377	358
Despesas de viagem	85	194
Materiais de consumo	297	356
Seguros contratados	183	106
Voluntários (conselheiros e outros)	959	894
Despesas Legais	275	985
Serviços postais, taxi, condução e estacionamento	186	336
Outras	220	281
	9.064	12.495

21. Despesas de divulgação e comercialização:

	2016	2015
Veiculação *	10.263	4.887
Criação de materiais	143	154
Produção de materiais	458	676
Outras	1.132	1.615
	11.996	<

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Diretores e Conselheiros da **Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, so-

mos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evi-

dência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Estela Maris Vieira de Souza
Contadora
CRC 1RS046957/O-3 "S" SP

RESUMO DAS ATIVIDADES E CUMPRIMENTO DAS METAS:

O quadro resumo abaixo visa demonstrar as atividades contratadas e desenvolvidas pela Fundação OSESP e seus corpos artísticos durante o ano de 2016 na vigência do contrato de gestão 01/2015, em cada um dos grupos de atividades. Todas as 102 metas contratadas com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão 01/2015, foram cumpridas e algumas delas superadas, principalmente as metas que referem-se a público, devido à grande aceitação da programação e ações comerciais implementadas durante o ano de 2016.

ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO 2016 - Contrato 01/2015 - 1º Aditamento

Nº	Atividades de Difusão e Acesso - SP Capital	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
1.1	Concertos Sinfônicos da Osesp na Sala São Paulo - Temporada 2016	96	96
1.2	Concertos do Coro da Osesp com Orquestra na Sala São Paulo	18	18
1.3	Público dos concertos sinfônicos da Osesp na Sala São Paulo - Temporada 2016	88.570	122.561
1.4	Concertos do Coro da Osesp na Sala São Paulo - Temporada 2016	4	4
1.5	Público dos concertos do Coro da Osesp na Sala São Paulo - Temporada 2016	1.113	1.859
1.6	Concertos de Grupos de Câmara formados por integrantes da Osesp na Sala São Paulo - Temporada 2016	20	20
1.7	Público dos concertos de Grupos de Câmara formados por integrantes da Osesp na Sala São Paulo - Temporada 2016	2.969	4.199
1.8	Recitais na Sala São Paulo	5	5
1.9	Público dos recitais na Sala São Paulo	1.773	2.311
1.10	Ensaio Gerais Abertos	30	30
1.11	Público dos Ensaio Gerais Abertos	3.870	6.420
1.14	Realizar concertos gratuitos ou a preços populares com a Osesp, grupos de câmara da Osesp, coros da Osesp na Sala São Paulo	17	17
1.15	Público dos concertos gratuitos ou a preços populares com a Osesp, grupos de câmara da Osesp, coros da Osesp na Sala São Paulo	11.812	20.281
1.16	Concertos gratuitos ou a preços populares com conjuntos camerísticos ou orquestras convidadas na Sala São Paulo	25	26
1.17	Público dos concertos gratuitos ou a preços populares com conjuntos camerísticos ou orquestras convidadas na Sala São Paulo	19.690	28.092
Nº	Convidados	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
1.12	Trazer regentes convidados para as apresentações da Temporada	20	24
1.13	Trazer solistas convidados para as apresentações da Temporada	34	51
Nº	Atividades de Difusão e Acesso - SP Fora da Sala	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
1.20	Concertos do Coro da Osesp gratuitos ou a preços populares - SP Capital	13	13
1.21	Público dos concertos do Coro da Osesp gratuitos ou a preços populares - SP Capital	2.995	3.324
7.1	Concertos com Grupos de Câmara instrumental ou vocal inclusive acadêmicos, fora da Sala São Paulo - SP Capital	1	5
7.2	Público dos concertos com Grupos de Câmara instrumental ou vocal inclusive acadêmicos, fora da Sala São Paulo - SP Capital	125	1.197
Nº	Atividades de Difusão da Osesp no Interior e Litoral do Estado	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
1.28	Concertos do Coro da Osesp - Interior e Litoral de São Paulo	8	9
1.29	Nº de municípios atendidos	7	9
1.30	Público dos Concertos do Coro da Osesp - Interior e Litoral de SP	1.576	3.558
Nº	Atividades de Difusão e Acesso - SP Capital (Participação na Virada Cultural Municipal)	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
1.34	Concerto sinfônico da Osesp na Virada Cultural Municipal	1	1
1.35	Público do concerto sinfônico da Osesp na Virada Cultural Municipal	1.200	1.200
1.36	Concerto do Coro da Osesp na Virada Cultural Municipal	1	1
1.37	Público do Concerto do Coro da Osesp na Virada Cultural Municipal	595	595
Nº	Atividades de Difusão e Acesso - SP Interior e Litoral (Participação na Virada Cultural Estadual)	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
1.38	Concerto Sinfônico da Osesp na Virada Cultural Estadual	1	1
1.39	Público do concerto sinfônico da Osesp na Virada Cultural Estadual	410	410
1.40	Concerto do Coro da Osesp na Virada Cultural Estadual	1	1
1.41	Público do concerto do Coro da Osesp na Virada Cultural Estadual	167	450
Nº	Atividades de Difusão e Acesso - Difusão em Rádio/ TV / Digital (Outros Meios de Difusão)	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
1.42	Concertos Disponibilizados - TV Pública	10	10
1.43	Concertos Disponibilizados - Rádio Pública	31	34
1.44	Podcast/Mídias OnLine - obras completas	120	142
1.45	Podcast/Mídias OnLine - programação variada	240	302
1.46	Transmissão online e ao vivo dos concertos sinfônicos da Orquestra - Concertos Digitais	1	1
1.47	Obras de acervo para download - Selo Digital	2	21
Nº	Atividades de Pesquisa, Fomento e Formação Técnica na Sala São Paulo	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
3.1	Masterclasses com solistas convidados	16	19
3.2	Concertos do Coro Acadêmico da Osesp com Orquestra - Participação na Temporada	13	15
3.3	Concertos dos Academistas da Osesp	5	6
3.4	Consulta para instituições interessadas - Número de Instituições	2	2
3.5	Academia de Música da Osesp - Número de alunos treinados	15	18
3.6	Coro Acadêmico da Osesp - Número de alunos treinados	15	20
3.10	Academia de Regência - Número de Alunos Treinados	4	4
Nº	Atividades de Formação - Festival de Inverno de Campos do Jordão	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
6.1	Nº de alunos - Bolsistas	210	211
6.2	Ensaio Instrumentistas - Orquestra do Festival	10	10
6.3	Ensaio Instrumentistas - Recitais	20	82
6.4	Ensaio com orquestra - Regência	4	5
6.5	Aulas de Instrumento para alunos do Festival	1.150	1.169

Nº	Atividades de Formação - Festival de Inverno de Campos do Jordão	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
6.6	Aulas - Regência	100	102
6.7	Masterclasses/Palestras	7	19
6.8	Apresentações da Orquestra do Festival	4	4
6.9	Público das apresentações da Orquestra do Festival	1.320	2.948
6.10	Apresentações de Recitais - Professores com Bolsistas	15	41
6.11	Público das apresentações de Recitais - Professores com Bolsistas	1.800	2.036
6.12	Apresentações conduzidas pela Classe de Regência	1	2
6.13	Público das apresentações conduzidas pela Classe de Regência	120	1.215
6.20	Apresentações da Camerata do Festival	3	3
6.21	Público das apresentações da Camerata do Festival	360	2.635
Nº	Qualidade dos Serviços Prestados	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
8.1	Pesquisar o perfil e a satisfação do público dos concertos da Osesp e seus grupos	1	1
8.2	Medir a satisfação do público dos concertos da Osesp e seus grupos	80%	91%
8.3	Pesquisar o perfil e a satisfação do público dos Programas Educacionais	1	1
8.4	Medir a satisfação do público dos Programas Educacionais	60%	98%
8.5	Pesquisar o perfil e a satisfação do público da Sala São Paulo	1	1
8.6	Medir a satisfação do público da Sala São Paulo	80%	93%
8.7	Pesquisar o perfil e a satisfação do público das ações de Itinerância	-	1
8.8	Medir a satisfação do público das ações de Itinerância	-	93%
8.9	Pesquisar o perfil e a satisfação do público e bolsistas do Festival de Campos do Jordão	1	1
8.10	Medir a satisfação do público e bolsistas do Festival de Campos do Jordão	70%	92%
Nº	Captação de Recursos	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
9.1	Total a ser captado	R\$ 45.519	50.438
Nº	Atividades Educativas e Formação de Novas Platéias - SP Capital	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
7.7	Concertos Didáticos com a Osesp ou orquestras parceiras	50	54
7.8	Atividades em grupos reduzidos (gincanas Musicais e/ou fazendo Música)	18	18
7.9	Nº mínimo de professores treinados vindos de escolas da Capital	226	259
7.10	Nº mínimo de professores treinados vindos de escolas do Interior/Litoral	386	388
7.11	Nº mínimo de alunos atendidos vindos de escolas da Capital	17.200	18.494
7.12	Nº mínimo de alunos atendidos vindos de escolas do Interior e Litoral	25.800	26.477
7.13	Palestras sobre Música na Sala São Paulo - Falando de Música e Música na Cabeça	100	100
7.14	Visitas Monitoradas	470	529
7.15	Público de Visitas Monitoradas	7.106	11.184
7.16	Centro de Documentação Musical (CDM) - Funcionamento para consulta do público	725	964
Nº	Estímulo à Criação	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
7.17	Encomenda de obras inéditas para orquestra	2	4
7.18	Encomenda de obras inéditas para o coro	1	1
7.19	Encomenda de obras inéditas para grupos de câmara	1	2
7.20	Execução de obras inéditas	5	9
Nº	Mapeamento, Registro e Memória	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
7.21	Edição de Partituras	12	12
7.22	Gravações de obras para futura disponibilização ao público	13	19
7.23	Número de minutos de obras gravadas	175	258
Nº	Atividades de Difusão - Festival de Inverno de Campos do Jordão Captação de Recursos a partir de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 2.750.000,00	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
7.41	Apresentações Sinfônicas - Teatros - Orquestras Convidadas	14	14
7.42	Público das Apresentações Sinfônicas - Teatros - Orquestras Convidadas	3.500	7.977
7.43	Apresentações Sinfônicas - Ar Livre - Orquestras Convidadas	7	11
7.44	Público das Apresentações Sinfônicas - Ar Livre - Orquestras Convidadas	7.700	15.700
7.45	Apresentações Orquestra Sinfônica ou Orquestra de Câmara da Osesp - Teatros	2	3
7.46	Público das Apresentações Orquestra Sinfônica ou Orquestra de Câmara da Osesp - Teatros	572	1.663
7.47	Apresentações Câmara - Grupos Nacionais	29	36
7.48	Público das Apresentações Câmara - Grupos Nacionais	3.480	8.659
7.49	Apresentações Coral	1	2
7.50	Público das Apresentações Coral	300	1.700
7.51	Orquestras e Bandas Sinfônicas Convidadas	14	25
7.52	Grupos de Câmara - Nacionais	21	36
Metas Condicionadas			
Nº	Atividades de Difusão e Acesso - Fora do Estado de São Paulo - Turnê Internacional	Atividade CG 01/2015	Realizado 2016
7.5	Concertos Sinfônicos ou de Grupos de Câmara da Osesp	4	4
7.6	Público dos concertos Sinfônicos ou de Grupos de Câmara da Osesp	2.890	16.100

**FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Ao Conselho de Administração - **Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo**. Os integrantes efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições estatutárias, tendo examinado: **i)** as demonstrações contábeis e financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; **ii)** as operações patrimoniais referentes ao exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2016; **iii)** o relatório anual de execução orçamentária de 2016; e **iv)** o Relatório Anual de Atividades do CG 01/2015 e das demais atividades da F. Osesp em 2016; e à vista do parecer da *Pricewaterhouse Coopers* Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, constataram a exatidão de todos os elementos apreciados, que refletem adequadamente as atividades

desenvolvidas no período, a situação e operações patrimoniais, a posição financeira e contábil e as contas em 31 de dezembro de 2016 da Fundação Osesp, recomendando, assim, que sejam aprovados pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

Janio Francisco Ferrugem Gomes - Presidente

Manoel Bizarria Guilherme Neto - Conselheiro

Miguel Sampol Pou - Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**DIRETORIA**

Fábio Colletti Barbosa - Presidente do Conselho de Administração

Antônio Carlos Quintella - Vice-Presidente

Marcelo de Oliveira Lopes - Diretor Executivo

Conselheiros

Alberto Goldman
Heitor Martins
Helio Mattar

José Carlos Dias
Lilia Moritz Schwarcz
Manoel Corrêa do Lago

Paulo Cezar C. B. C. de Aragão
Sávio Araújo

CONTADOR

Rafael Henrique de Souza Aleixo
Contador Responsável - CRC SP-245807/O-1